

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

31
Mar
2017



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

ECO101: OBRAS ESBARRAM EM LICENÇAS AMBIENTAIS

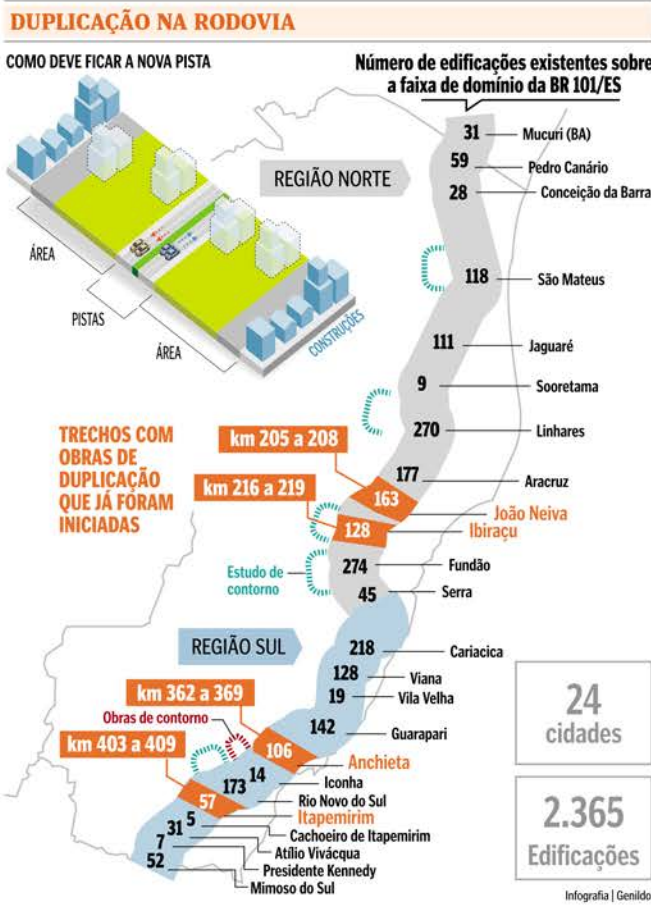
Ocupações irregulares e desapropriações também são problemas

de DIONY SILVA
dclbison@redgazeta.com.br

Os atrasos nas obras de melhorias e duplicação da BR 101 no Espírito Santo se devem a diversos fatores, entre eles às dificuldades em obtenção das licenças ambientais junto ao Ibama. Segundo a concessionária Eco101, a ocupação de faixas de domínio às margens da rodovia e a demora nos processos de desapropriação também pesaram para que as intervenções não fossem realizadas dentro do prazo.

O diretor-superintendente da concessionária no Estado, Paulo Hanke, afirma que em alguns casos foram feitos requerimentos de licenças ambientais até seis meses antes do prazo previsto para início das obras, mas o órgão ambiental atrasou no retorno à empresa. "Ainda que a liberação de licenças seja muito complexa, sabemos que o Ibama tem diversos problemas estruturais e conta com poucos técnicos para desempenhar os trabalhos", disse.

Hanke explica que o Instituto não tem cumprido o prazo de 24 meses para emitir o termo de referência, após fazer avaliações prévias das características do empreendimento. A emissão desse termo pelo órgão ambiental traça as diretrizes para realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). Todo o processo é acompanhado pela Agência Nacional de



Transportes Terrestres (ANTT).

"Além disso, já entregamos três versões do EIA/RIMA para obter licenças para obras no trecho norte da rodovia. Na primeira delas

foram solicitadas complementações de informações, como contagem de árvores e outras plantas nativas além da fauna que estão fora da área impactada. Alguns pontos do check list

foram validados pelos técnicos, mas outros não foram atendidos na visão deles e precisaram de novos estudos, que já foram feitos", detalhou.

Atualmente estão em

andamento obras de duplicação em quatro trechos, dois ao norte, nas cidades de João Neiva e Ibiracu, e dois ao sul, em Anchieta e Itapemirim.

"Nós solicitamos licenças para 10 segmentos, que juntos somam 40 km de duplicação. O Ibama nos liberou seis, dos quais estamos atacando esses quatro", completou.

As ocupações irregulares nas faixas de domínio (40 metros de cada lado da rodovia) são outro empecilho para o andamento das obras. Em toda extensão da BR 101 no Estado, são 2.365 edificações nestas áreas. Desse total, apenas 26 foram regularizadas amigavelmente com os proprietários.

Só para construção do Contorno de Iconha, por exemplo, são 32 processos de desapropriação, em três casos houve acordo, os demais ainda tramitam na justiça. Por esse motivo, segundo a concessionária a obra sofre um atraso de seis meses.

"Todos os processos de desapropriação foram encaminhados à ANTT, no mínimo seis meses antes do início de cada obra, a fim de possibilitar a publicação dos decretos de utilidade pública em tempo hábil para que as obras tenham continuidade", disse Hanke.

As obras do trecho em Iconha, de 9 quilômetros, deveriam ter sido iniciadas em julho de 2015, com previsão de dois anos para conclusão, mas só começaram efetivamente em setembro do ano passado.

“

Ainda que a liberação de licenças seja complexa, sabemos que o Ibama tem diversos problemas”

PAULO HANKE
SUPERINTENDENTE DA ECO101

OUTRO LADO

“Não há atrasos nas licenças”

Questionado, o Ibama afirmou que não há atrasos nos processos de licenciamento relacionados à BR 101. A demora a que se refere a Eco101 resulta da apresentação de estudos incompletos, para os quais o Ibama tem que pedir complementações. O órgão disse ainda que dispõe atualmente de 14 servidores. Em audiência pública no Congresso Nacional, na semana passada, a diretora de licenciamento, Larissa Carolina Amorim dos Santos, afirmou que o instituto "tem atendido aos prazos e dado a prioridade que o empreendimento necessita".

Concessionária vai fazer cinco contornos

Como diversos trechos da BR 101 no Estado atravessam perímetros urbanos, dificultando o processo de duplicação e provocando transtornos aos motoristas, a concessionária propõe que sejam construídos cinco novos contornos, além do já previsto em Iconha.

Os estudos de viabilidade de estão sob análise da

ANTT e compreendem as cidades de Linhares, São Mateus, Fundão, Ibiracu e Rio Novo do Sul.

"Atualmente, gasta-se em torno de 10 horas para cruzar a BR 101 no Espírito Santo, mas quando os contornos ficarem prontos, esse tempo será reduzido consideravelmente e a rodovia será mais com-

petitiva, além de garantir mais conforto e segurança para os usuários", assinala o executivo.

Essas obras, segundo Hanke, vão preparar o Estado para o futuro.

"Não podemos desenvolver obras pensando apenas no agora. O que já é um problema hoje pode se transformar em algo muito

mais danoso no futuro com o desenvolvimento dos municípios. Se a gente duplicar por dentro, vai até aliviar, mas daqui alguns anos a situação será crítica de novo", pontua.

Os projetos ainda precisam ser aprovados pelos órgãos fiscalizadores.

CONTINUA pág. 9



A GAZETA tem denunciado atrasos em obras na BR 101

Política.

AGAZETA | 18
SEXTA, 31 DE MARÇO DE 2017

Macroeditor: Abdo Filho afilho@redgazeta.com.br
Editor: Eduardo Fachetti efachetti@redgazeta.com.br
WhatsApp (27) 98135.8261 Telefone: (27) 3321.8332
ATENDIMENTO AO ASSINANTE (27) 3321-8699

SANEAMENTO EM VITÓRIA

LUCIANO AMEAÇA AÇÃO NA JUSTIÇA CONTRA CESAN

Prefeitura alega que concessionária não abastece comunidades

4 VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

A Prefeitura de Vitória avalia entrar na Justiça contra a Cesan alegando que o abastecimento de água em bairros mais elevados, como Romão, Cruzamento e Forte São João, é problemático, apesar de o município ter investido R\$ 40 milhões em obras na região para otimizar o serviço.

A medida faz parte do debate sobre a concessão à iniciativa privada lançado pela prefeitura, argumentando, em síntese, insatisfação com os serviços da Cesan e falta de transparência da empresa. A GAZETA publicou ontem, com exclusividade, que em 120 dias a administração dará início a um processo de modificação do sistema de saneamento da Capital, cuja gestão poderá sair da Cesan.

Segundo o secretário municipal de Gestão Estratégica, Fabrício Gandini (PPS), a ação judicial poderá ser apresentada hoje. É quando vence o prazo para que o município envie à Caixa Econômica Federal e ao Ministério das Cidades um atestado de funcionalidade, documento que, na prática, prova que as obras foram realizadas e estão sendo utilizadas.

Acontece que, segundo a prefeitura, a funcionalidade do projeto que possibilitaria



EDSON CHAGAS

O prefeito de Vitória, Luciano Rezende, citou poluição da baía como problema a ser enfrentado

a coleta de esgoto e a distribuição da água nos bairros Cruzamento, Forte São João, Romão e Alto Jucutuquara não pode ser atestada por culpa da Cesan.

De acordo com Gandini, a empresa precisa fazer uma "obrinha" para ligar a rede antiga à estrutura nova, concluída em dezembro. Por isso, a prefeitura pediu prorrogação de 45 dias para enviar o documento. Ignorar o prazo limite pode fazer com que a prefeitura tenha que devolver parte do dinheiro, segundo o secretário. Dos R\$

ARGUMENTO

"Parabéns para o governo do Estado. É um caminho tão bom (recursos privados no saneamento) que queremos seguir pelo mesmo caminho"

LUCIANO REZENDE (PPS) PREFEITO

40 milhões, só R\$ 8 milhões eram recursos próprios.

"Se até amanhã (hoje) não tivermos respostas da

Caixa e Cesan, vamos judicializar. Não é para afrontar a Cesan. É para não corrermos riscos", ressaltou Gandini.

Ainda antes da entrevista do secretário, o prefeito Luciano Rezende (PPS) chegou a confirmar, em entrevista à CBN Vitória, que iria à Justiça: "Fizemos investimentos de R\$ 40 milhões e a Cesan não leva água até lá. O sistema tem intermitência enorme", acusou.

SEM CONTROLE

Os membros da administração queixam-se de falta

de dados sobre metas, custos, investimentos, além de cobrança de taxas e ausência de planos de despoluição da Baía de Vitória.

Questionado se está preocupado com a possível desvalorização da Cesan, uma vez que a concessão do serviço à iniciativa privada retira da empresa do governo sua maior receita, o prefeito respondeu assim: "A cidade tem esgoto nos bueiros, praias poluídas, a baía poluída, os morros sem sistema de água. Isso desvaloriza ou não a cidade? Esse é o meu foco".

OS BASTIDORES

▼ Interesse

Em fevereiro, a Companhia Nacional de Saneamento (Conasa), empresa com sede em Londrina (PR), procurou a Prefeitura de Vitória e manifestou interesse em estudar um novo modelo para o sistema de água e esgoto da Capital.

▼ Decreto

No dia 24 daquele mês, o prefeito Luciano Rezende (PPS) assinou um decreto instituindo as normas para apresentação de quaisquer estudos de concessão ou permissão de serviços públicos, de parceria público-privada, de arrendamento de bens públicos ou de concessão de direito real de uso.

▼ Pré-projeto

A Conasa apresentou ao conselho gestor de PPPs da Companhia de Desenvolvimento de Vitória, na última semana, um pré-projeto indicando a viabilidade de uma nova concessão, ou de uma PPP, pelos próximos 30 anos, para modificar todo o sistema de saneamento de Vitória. O conselho aprovou o pré-estudo.

▼ Prazo

Nos próximos dias a Prefeitura de Vitória deve fazer o chamamento público para mais interessados em estudar o sistema de água e esgoto da Capital. A partir daí serão contados até 120 dias para que um diagnóstico seja apresentado.

▼ Novos moldes

A prefeitura alega que a Cesan, atual concessionária, não tem um plano de ação para a cidade e não repassa dados sobre o serviço para a administração.

Na Câmara, crítica à qualidade do serviço

4 O prefeito Luciano Rezende prestou contas do segundo semestre de 2016 aos vereadores, ontem, na Câmara de Vitória. Em um plenário majoritariamente governista, ouviu muito mais elogios do que críticas. O aliado Denninho Silva (PPS) foi o único a tocar no assunto da concessão do saneamento.

O vereador criticou duramente a Cesan. Disse que ela "maltrata o povo capixaba", tem "taxas absurdas" e que "precisamos tirar a Cesan da cidade de Vitória".

"A prefeitura faz um asfalto 'top' em um bairro, vem a Cesan corta de fora a fora e depois coloca um asfalto farinha". Tenho vergonha da

Cesan", afirmou o vereador de primeiro mandato, que fará uma audiência pública sobre o tema no dia 10.

Em resposta, Luciano afirmou que está "abrindo estudos sobre o saneamento, a mesma coisa que o governo fez". Reafirmou que nunca recebeu informações solicitadas à Cesan sobre,

por exemplo, o percentual da receita da empresa oriunda das contas de água e esgoto dos moradores da Capital, planos de investimentos e total de ligações de imóveis à rede de esgoto que ainda precisam ser feitas.

Após a sessão, o prefeito não comentou as declarações de Denninho.



EDSON CHAGAS

Vereador Denninho está no primeiro mandato

SUBSTITUIÇÃO

Temer nomeia novo ministro para o TSE

O presidente Michel Temer (PMDB) assinou, ontem, a nomeação de Admar Gonzaga para ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Gonzaga vai substituir o ministro Henrique Neves, cujo

mandato termina no dia 16 de abril. A nomeação de Gonzaga, que será publicada no Diário Oficial de hoje, só passa a valer a partir do dia 17. O Palácio do Planalto argumenta que a nomeação foi ofi-

cializada antes do início do julgamento das contas da chapa Dilma-Temer, que começará na próxima terça, justamente para evitar a interpretação de que o governo estaria tentando influenciar a votação. A escolha de Gonzaga foi definida por Temer a partir de lista triplíce enviada pelo STF.(AE)

Professor é exonerado após Sedu não reconhecer diploma

“Dormi concursado e acordei desempregado”. O lamento é do professor de química Kleberton Cuerci Ferreira, que desde julho de 2016 dava aulas na Escola Estadual Ana Portela, em Vila Pavão, no Noroeste do Estado.

Kleberton é professor concursado na rede pública de ensino, mas em março deste ano, ele foi exonerado. O motivo? O curso de complementação pedagógica feito por ele na Multivix de Nova Venécia não é reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

O curso não atende a todas as normas da resolução 02/97 do CNE, que libera as instituições de ensino superior a oferecerem o programa de complementação

desde que “ministrem cursos reconhecidos de licenciatura nas disciplinas pretendidas”.

Kleberton fez o curso de química entre os anos de 2012 e 2013 e ficou sabendo que o diploma não era válido em 2015, quando atuava



KLEBERTON ficou sem emprego

como professor temporário em Águia Branca. “Fui notificado pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e entrei em contato com a Multivix, que prometeu resolver”.

A instituição não resolveu e o professor só continuou dando aulas graças a uma liminar. No início de 2016, ele passou em um concurso, mas após oito meses a liminar caiu.

Em nota, a Multivix diz ter agido dentro das determinações legais, e que até 2015 os formados não tiveram impedimentos em órgãos públicos estaduais e municipais. Afirma, ainda, que teve uma decisão favorável do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, determinando que o Estado continue a aceitar os certificados do curso.

REPRODUÇÃO DE INTERNET



JANICE SANTOS e senador Laisier Martins em evento social: mulher do político afirma sofrer agressões há 2 anos

Senador denunciado por bater na mulher

Lasier Martins teria cortado a mão de Janice com porta-joias e batido com cinto por ela ter descoberto uma suposta traição dele

BRASÍLIA

A jornalista Janice Santos, mulher do senador Lasier Martins (PSD), o denunciou por agressão após ter cortado a mão em um porta-joias e ter apanhado de cinto do marido. Segundo ela, as agressões ocorriam há dois anos, mas na última segunda-feira, a situação foi “a mais humilhante” pela qual já passou.

A assessoria de comunicação da Polícia Civil do Distrito Federal confirmou a ocorrência, informou que o caso corre sob sigilo, mas disse que as medidas protetivas pedidas pela vítima já foram deferidas.

O procedimento, com base na Lei Maria da Penha, foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, já que o suspeito é um senador da República e tem foro privilegiado. A advogada de Janice, Renata França, informou que nos últimos anos a jornalista esteve três vezes na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, mas desistiu da denúncia e as agressões continuaram.

Janice contou que desta vez as discussões tiveram início na quinta-feira quando ela leu uma mensagem enviada por uma mulher marcando um encontro com Lasier.

Fingindo ser assessora do marido, Janice perguntou se a mulher era namorada do senador. Quando ouviu a confirmação, a jornalista se identificou como mulher dele.

Segundo a vítima, ao voltar para casa, o senador negou a traição e, no meio da discussão, teria dado um tapa no rosto dela. A filha de Janice, de 10 anos, presenciou a cena.

A vítima contou ainda que, no fim de semana, Lasier foi para o

Rio Grande do Sul e, ao voltar na segunda, negou novamente o envolvimento com outra mulher.

Eles discutiram e ela disse que pegou um porta-joias de prata para se defender. “Ele me empurrou e, o objeto afundou na minha mão, fazendo um corte profundo.”

Segundo Janice, o senador informou que ela iria ouvir da jovem que ele não tinha um caso. “Ele ligou para a mulher, colocou no viva-voz e começou a me bater de cinto”.

A coordenadora de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado, juíza Hermínia Azoury, disse que a denúncia encoraja outras mulheres. “A violência doméstica é uma cultura danosa. É um exemplo ela ter denunciado. Pois quando denuncia está encorajando outras vítimas. Às vezes, a pessoa pensa que esses casos só acontecem na periferia e não”.

O senador disse que as “ações da mulher são para tirar proveito em acordo no processo judicial”.

Alexandre Nogueira é o novo procurador geral do Estado

Alexandre Nogueira Alves, 44 anos, é o novo procurador-geral do Espírito Santo. Ele assumiu ontem o lugar de Rodrigo Rabello Vieira, exonerado a pedido, mas a nomeação oficial será publicada nos próximos dias.

Alexandre ocupava o cargo de subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos desde novembro do ano passado. Formado em Direito na Ufes, foi corregedor-geral da Procuradoria por quatro anos, de 2012 a 2016.

Mestre em Direito Comercial pela PUC-SP, ingressou na Procuradoria Geral do Estado em outubro de 1996.

Reunião de conciliação pode acabar com impasse na concessão da Terceira Ponte

Em outubro do ano passado o MPC pediu intervenção do governo do Estado na concessão e a suspensão imediata da cobrança de tarifas nas praças de pedágio

Uma reunião de conciliação pode terminar com o impasse sobre a concessão da Terceira Ponte. A Rodosol, concessionária que administra a ponte, confirma que irá participar da audiência com o Ministério Público do Espírito Santo (MPES), que acontece na próxima sexta-feira (31), no Tribunal de Justiça.

Em outubro do ano passado, por meio de representação protocolada no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), o Ministério Público de Contas (MPC) pediu intervenção do governo do Estado na concessão e a suspensão imediata da cobrança de tarifas nas praças de pedágio da Terceira Ponte e Praia do Sol.

Na representação, derivada de uma auditoria em trâmite, o MPC apontou a formação de um cartel que teria sido responsável por fraudar o processo licitatório da concessão do Sistema Rodovia do Sol e articular a transferência irregular do direito de administrar e explorar a concessão pelo prazo de 25 anos.

Em dezembro, o conselheiro do TCE-ES, Carlos Ranna, relator da representação do MPC que apontou as irregularidades, determinou a notificação de todas as autoridades, pessoas físicas e empresas citadas nos pedidos da representação para que apresentassem esclarecimentos sobre os problemas.

Pedágio mais caro

Mesmo com todo o impasse, no início desse mês o pedágio da Terceira Ponte sofreu um reajuste. Agora, os motoristas de veículos comuns pagam R\$ 1 para fazer a travessia pela via, um reajuste de 5,26%. O valor pago pelos motociclistas, único que não recebeu reajuste, permanece R\$ 0,45. Já para caminhões leves e ônibus a tarifa sai de R\$ 1,90 para R\$ 2. O maior valor do pedágio, pago por motoristas de caminhões com reboque, passou para R\$ 6.

<http://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/2017/03/reuniao-de-conciliacao-pode-acabar-com-impasse-na-concessao-da-terceira-ponte.html>

Justiça mantém bloqueio de bens da Delta Construções

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), que abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, manteve o bloqueio dos bens da empreiteira Delta Construções S.A e outras cinco empresas do mesmo grupo, investigadas na Operação Saqueador, desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro.

A decisão atende a um parecer do Ministério Público Federal (MPF), com base no argumento de suspeita de acumulação ilícita dos recursos. Segundo o TRF2, diretores, executivos e funcionários da Delta são acusados de desviar mais de R\$ 370 milhões dos cofres públicos e de pagar propina a agentes públicos.

O bloqueio já tinha sido determinado pela 7ª Vara Federal Criminal, mas a defesa da empreiteira entrou com mandado de segurança pedindo a liberação dos bens. Durante a sessão de hoje (29), o pedido da empresa e a manifestação contrária da Procuradoria Regional da República da 2ª Região (PRR2) foram avaliados pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal, que decidiu, por unanimidade, manter o bloqueio.

Para a PRR2, a ação comprovou que são claros os indícios da conduta criminosa dos réus e os prejuízos causados ao patrimônio público. O parecer apontou que a manutenção do bloqueio é necessária para garantir a eficiência da ação penal, garantindo, ainda, que os recursos “obtidos de forma criminosa” não representem vantagem financeira para os acusados.

A procuradora regional da República Mônica de Ré indicou também, no parecer, que é preciso afastar a possibilidade do patrimônio ser escondido “Há o risco de ocultamento do patrimônio amealhado ilicitamente e, conseqüentemente, a não reparação aos cofres públicos”, destacou. Segundo ela, o desbloqueio só seria aceitável se os acusados conseguissem comprovar a licitude dos recursos, mas como nada foi acrescentado ao processo sobre isto, não há razão para reverter a decisão.

Modus operandi

De acordo com o MPF, as investigações da Operação Saqueador detalharam o funcionamento da “organização criminosa instalada na Delta”. Para os procuradores, o grupo “utilizava-se sempre de um mesmo modus operandi: recebiam pagamento por serviços fictícios de sociedades laranjas para dissimular, além de desvios de recursos para obras públicas, o pagamento de propina a agentes estatais em espécie, e com isso, interromper o rastreamento das verbas”, afirmou

Os principais acusados na Operação Saqueador são o empresário Fernando Cavendish, dono da Construtora Delta, e o contraventor Carlos Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira. Além deles, foram denunciadas 21 pessoas, entre executivos, diretores, tesoureira e conselheiros da empreiteira e proprietários e contadores de empresas fantasmas, criadas por Carlinhos Cachoeira e os empresários Adir Assad e Marcelo Abbud.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/justica-mantem-bloqueio-de-bens-da-delta-construcoes>

BR-101: concessionária diz que obras esbarram em licenças ambientais

Ocupações irregulares e desapropriações também são problemas

Os atrasos nas obras de melhorias e duplicação da BR 101 no Espírito Santo se devem a diversos fatores, entre eles às dificuldades em obtenção das licenças ambientais junto ao Ibama. Segundo a concessionária Eco101, a ocupação de faixas de domínio às margens da rodovia e a demora nos processos de desapropriação também pesaram para que as intervenções não fossem realizadas dentro do prazo.

O diretor-superintendente da concessionária no Estado, Paulo Hanke, afirma que em alguns casos foram feitos requerimentos de licenças ambientais até seis meses antes do prazo previsto para início das obras, mas o órgão ambiental atrasou no retorno à empresa. “Ainda que a liberação de licenças seja muito complexa, sabemos que o Ibama tem diversos problemas estruturais e conta com poucos técnicos para desempenhar os trabalhos”, disse.

Hanke explica que o Instituto não tem cumprido o prazo de 24 meses para emitir o termo de referência, após fazer avaliações prévias das características do empreendimento. A emissão desse termo pelo órgão ambiental traça as diretrizes para realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). Todo o processo é acompanhado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

“Além disso, já entregamos três versões do EIA/RIMA para obter licenças para obras no trecho norte da rodovia. Na primeira delas foram solicitadas complementações de informações, como contagem de árvores e outras plantas nativas além da fauna que estão fora da área impactada. Alguns pontos do check list foram validados pelos técnicos, mas outros não foram atendidos na visão deles e precisaram de novos estudos, que já foram feitos”, detalhou.

Atualmente estão em andamento obras de duplicação em quatro trechos, dois ao norte, nas cidades de João Neiva e Ibirapuçu, e dois ao sul, em Anchieta e Itapemirim.

“Nós solicitamos licenças para 10 segmentos, que juntos somam 40 km de duplicação. O Ibama nos liberou seis, dos quais estamos atacando esses quatro”, completou.

As ocupações irregulares nas faixas de domínio (40 metros de cada lado da rodovia) são outro empecilho para o andamento das obras. Em toda extensão da BR 101 no Estado, são 2.365 edificações nestas áreas. Desse total, apenas 26 foram regularizadas amigavelmente com os proprietários.

Só para construção do Contorno de Iconha, por exemplo, são 32 processos de desapropriação, em três casos houve acordo, os demais ainda tramitam na justiça. Por esse motivo, segundo a concessionária a obra sofre um atraso de seis meses.

“Todos os processos de desapropriação foram encaminhados à ANTT, no mínimo seis meses antes do início de cada obra, a fim de possibilitar a publicação dos decretos de utilidade pública em tempo hábil para que as obras tenham continuidade”, disse Hanke.

As obras do trecho em Iconha, de 9 quilômetros, deveriam ter sido iniciadas em julho de 2015, com previsão de dois anos para conclusão, mas só começaram efetivamente em setembro do ano passado.

Outro lado

“Não há atrasos nas licenças”

Questionado, o Ibama afirmou que não há atrasos nos processos de licenciamento relacionados à BR 101. A demora a que se refere a Eco101 resulta da apresentação de estudos incompletos, para os quais o Ibama tem que pedir complementações. O órgão disse ainda que dispõe atualmente de 14 servidores. Em audiência pública no Congresso Nacional, na semana passada, a diretora de licenciamento, Larissa Carolina Amorim dos Santos, afirmou que o instituto “tem atendido aos prazos e dado a prioridade que o empreendimento necessita”.

Concessionária vai fazer cinco contornos

Como diversos trechos da BR 101 no Estado atravessam perímetros urbanos, dificultando o processo de duplicação e provocando transtornos aos motoristas, a concessionária propõe que sejam construídos cinco novos contornos, além do já previsto em Iconha.

Os estudos de viabilidade estão sob análise da ANTT e compreendem as cidades de Linhares, São Mateus, Fundão, Ibirapu e Rio Novo do Sul.

“Atualmente, gasta-se em torno de 10 horas para cruzar a BR 101 no Espírito Santo, mas quando os contornos ficarem prontos, esse tempo será reduzido consideravelmente e a rodovia será mais competitiva, além de garantir mais conforto e segurança para os usuários”, assinala o executivo.

Essas obras, segundo Hanke, vão preparar o Estado para o futuro.

“Não podemos desenvolver obras pensando apenas no agora. O que já é um problema hoje pode se transformar em algo muito mais danoso no futuro com o desenvolvimento dos municípios. Se a gente duplicar por dentro, vai até aliviar, mas daqui alguns anos a situação será crítica de novo”, pontua.

Os projetos ainda precisam ser aprovados pelos órgãos fiscalizadores.

Reajuste do pedágio em maio

Praça de pedágio na BR 101: cobrança da tarifa foi iniciada há três anos

Praça de pedágio na BR 101: cobrança da tarifa foi iniciada há três anos

A tarifa do pedágio da BR 101 vai ser reajustada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em maio deste ano. A concessionária afirmou que não fez pedido de nenhum percentual de reajuste porque é a Agência quem determina o aumento do valor, que é calculado de acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do período.

A cobrança teve início em 2014 e já passou por dois reajustes que juntos somam 27,18%, segundo a Eco101. Ao todo, para cruzar o trecho da rodovia no Espírito Santo, os motoristas precisam desembolsar R\$ 27,60.

Segundo o superintendente da concessionária no Estado, Paulo Hanke, a arrecadação da concessionária está abaixo do que estava estabelecido no contrato. “Tivemos uma queda brutal no tráfego de veículos, isso tem acontecido desde 2015. Mas houve uma redução mais considerável com o agravamento da crise econômica, com o processo de impeachment e outras questões relacionadas ao nosso Estado, como a seca e a paralisação da Samarco, que mexeram na renda dos capixabas.”

A retração no PIB por dois anos seguidos, quase 8%, também pesou contra a concessionária. “Além disso também enfrentamos uma concorrência desleal com a BR 116, onde não há pedagiamento. Quando vencemos assumimos a BR 101 era previsto que essa outra rodovia também entrasse em processo licitatório, o que não aconteceu”, complementou.

Nesta quinta-feira (30), em entrevista à Rádio CBN Vitória, o deputado Marcus Vicente, que coordena os trabalhos da Comissão de Fiscalização da BR 101, afirmou que nos últimos anos houve reajuste de 59,74% na tarifa aos usuários da via. De acordo com o parlamentar, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou sobrepreço na tarifa do pedágio da via.

“Esse assunto está corroborado pelo TCU, que reconhece que há necessidade de decréscimo. Nós, deputados, somos a favor da concessão, mas também somos a favor do cumprimento dos prazos e da qualidade dos serviços ofertados aos usuários” complementou.

Hanke afirma que esse percentual informado pelo deputado exclui o fato de a cobrança ter sido iniciada em 2014, e compara os valores atuais com os que eram previstos no contrato, em 2009. Em dois anos de cobrança a Eco101 arrecadou R\$ 510 milhões com a receita de pedágio. Já os investimentos realizados nas melhorias da malha viária foram de R\$ 740 milhões. Deste total, R\$ 470 milhões foram destinados a obras.

Luciano Rezende diz que vai à Justiça contra Cesan

Prefeito de Vitória quer que a estatal preste serviço de fornecimento de água de forma adequada em bairros na Capital

Segundo o superintendente da concessionária no Estado, Paulo Hanke, a arrecadação da concessionária está abaixo do que estava estabelecido no contrato. “Tivemos uma queda brutal no tráfego de veículos, isso tem acontecido desde 2015. Mas houve uma redução mais considerável com o agravamento da crise econômica, com o processo de impeachment e outras questões relacionadas ao nosso Estado, como a seca e a paralisação da Samarco, que mexeram na renda dos capixabas.”

A retração no PIB por dois anos seguidos, quase 8%, também pesou contra a concessionária. “Além disso também enfrentamos uma concorrência desleal com a BR 116, onde não há pedágio. Quando vencemos assumimos a BR 101 era previsto que essa outra rodovia também entrasse em processo licitatório, o que não aconteceu”, complementou.

Nesta quinta-feira (30), em entrevista à Rádio CBN Vitória, o deputado Marcus Vicente, que coordena os trabalhos da Comissão de Fiscalização da BR 101, afirmou que nos últimos anos houve reajuste de 59,74% na tarifa aos usuários da via. De acordo com o parlamentar, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou sobrepreço na tarifa do pedágio da via.

“Esse assunto está corroborado pelo TCU, que reconhece que há necessidade de decréscimo. Nós, deputados, somos a favor da concessão, mas também somos a favor do cumprimento dos prazos e da qualidade dos serviços ofertados aos usuários” complementou.

Hanke afirma que esse percentual informado pelo deputado exclui o fato de a cobrança ter sido iniciada em 2014, e compara os valores atuais com os que eram previstos no contrato, em 2009. Em dois anos de cobrança a Eco101 arrecadou R\$ 510 milhões com a receita de pedágio. Já os investimentos realizados nas melhorias da malha viária foram de R\$ 740 milhões. Deste total, R\$ 470 milhões foram destinados a obras.

http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2017/03/cbn_vitoria/reportagens/4039677-luciano-rezende-diz-que-vai-a-justica-contr-cesan.html